

Caraterização da Unidade Curricular / Characterisation of the Curricular Unit

Designação da Unidade Curricular / Curricular Unit:	[3181300602] Direito da Inclusão Social [3181300602] Law Social Inclusion		
Plano / Plan:	2015/2016		
Curso / Course:	Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco Psychosocial Intervention for Children and Teenagers at Risk		
Grau / Diploma:	Mestre		
Departamento / Department:	CA - Comunicação e Arte		
Unidade Orgânica / Organic Unit:	Escola Superior de Educação de Viseu		
Área Científica / Scientific Area:	Direito Direito		
Ano Curricular / Curricular Year:	1		
Período/Duração / Term:	S1 Semestral		
ECTS:	6		
Horas de Trabalho / Work Hours:	0162:00		
Horas de Contacto/Contact Hours:			
(T) Teóricas/Theoretical:	0000:00	(TC) Trabalho de Campo/Fieldwork:	0000:00
(TP) Teórico-Práticas/Theoretical-Practical:	0030:00	(OT) Orientação Tutorial/Tutorial Orientation:	0000:00
(P) Práticas/Practical:	0000:00	(E) Estágio/Internship:	0000:00
(PL) Práticas Laboratoriais/Practical Labs:	0000:00	(O) Outras/Others:	0000:00
(S) Seminário/Seminar:	0000:00		
% Horas de contacto a distância / % of remote contact hours: 0.00%			

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular / Responsible teaching and corresponding teaching load for the curricular unit

[2273] Paulo Alexandre Moutinho Barroso - 0h

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular / Other teaching staff and their respective teaching loads for the curricular unit

[2245] FILOMENA ALEXANDRA LOPES CESÁRIO - 30h

Objetivos de Aprendizagem

No final desta unidade curricular, o aluno deverá ser capaz de:

- Compreender o funcionamento da ordem jurídica portuguesa e a sua integração no ordenamento jurídico europeu;
- Entender a actuação do Direito e dos Tribunais no âmbito dos problemas existentes no Direito das crianças e jovens;
- Analisar e tomar posição sobre as várias opções tidas pelo legislador ordinário no que diz respeito à salvaguarda do interesse dos menores, compreendendo também a aplicação dessas opções a casos concretos;
- Entender e analisar decisões jurisprudenciais relativas ao Direito das crianças e jovens em risco;
- Compreender as decisões dos Tribunais de 1.ª instância, em particular os Juízos de Família e Menores, em face de casos concretos.

Conteudos Programáticos (Lim:1000)

1) Noções Gerais de Direito: conceito de Direito e diferença entre Direito e Justiça; Direito e sociedade; hierarquia das leis; entrada em vigor das leis, sua vigência e cessação; Direito Público vs Direito Privado; a Constituição da República Portuguesa: DLG e sua aplicação ao Direito dos Menores; o Direito Europeu e a sua aplicabilidade no ordenamento jurídico português. 2) Direito das Crianças e Jovens: a CPCJ e os seus poderes de intervenção; Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo; Regime Jurídico do Processo de Adopção; Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil; Lei Tutelar Educativa; Regime Geral do Processo Tutelar Cível. 3) A jurisprudência e os menores: o entendimento dos Tribunais quanto às questões actuais do Direito das Crianças e Jovens; as decisões-problema e a jurisprudência fixada.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O programa da unidade curricular de Direito da Inclusão Social insere-se nos objectivos propostos, pois pretende dotar os alunos de conhecimentos da área do Direito e estimular valências de análise crítica dos valores e princípios subjacentes ao Direito. O programa permite aos futuros profissionais um desempenho adequado aos interesses e necessidades das crianças e jovens em risco.

Metodologias de ensino e de aprendizagem específicas da unidade curricular articuladas com o modelo pedagógico

A unidade curricular de *Direito da Inclusão Social*, integrada no Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, desenvolve-se numa lógica teórico-prática, em consonância com o modelo pedagógico da Escola Superior de Educação de Viseu, centrado no estudante. As aulas de contacto articulam a exposição de conceitos fundamentais com a análise de legislação, jurisprudência e casos concretos, promovendo a compreensão da ordem jurídica portuguesa e da sua integração no ordenamento europeu.

São privilegiadas metodologias ativas que combinam a apresentação de conteúdos dogmáticos e jurídicos com a resolução de exercícios práticos, debates e análise crítica de decisões judiciais, permitindo aos estudantes relacionar princípios teóricos com problemas concretos do Direito das Crianças e Jovens. O trabalho autónomo complementa as atividades presenciais, garantindo o aprofundamento individual e a consolidação das aprendizagens.

Este percurso metodológico visa dotar os mestrandos de competências para compreender e analisar o edifício jurídico-normativo em vigor, interpretar opções legislativas e jurisprudenciais, e aplicar os conhecimentos adquiridos à resolução de situações práticas que emergem na área da proteção e inclusão social de crianças e jovens.

Avaliação

Avaliação em Regime Contínuo:

? Realização de um artigo seguindo um modelo e estrutura científica com um mínimo de 10 e um máximo de 15 páginas sobre um tema diretamente correlacionado com o escopo e programa da unidade curricular a entregar exclusivamente via e-mail até ao final do dia da última aula. (13 valores)

? Realização de uma apresentação em formato pitch de uma decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) correlacionada com o escopo e programa da unidade curricular em que Portugal seja visado. Serão disponibilizadas várias decisões e a escolha será do/a Discente. As apresentações decorrerão no dia 27/01/2021 entre as 17:00 e as 21:00. (5 valores)

? Assiduidade e participação ativa e debate em sala em contexto de aula. (2 valores)

Avaliação em Regime Normal, em Regime Especial ou em Regime de Melhoria/Recurso (100%)

? Realização de uma frequência teórico-prática, com possibilidade de consulta da legislação indicada nas aulas ? sem apontamentos que não as remissões permitidas ? e que corresponde a 100% da avaliação, considerando-se que o aluno teve aproveitamento na unidade curricular quando a nota final for, no mínimo, 9,5 valores, numa escala de 0 a 20 valores.

? No caso de realização de exame de melhoria, será considerada a classificação mais alta obtida.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de exposição teórica dos fundamentos do Direito e de análise crítica de casos específicos de Direito é adequada aos objetivos da aprendizagem desta unidade curricular de Direito da Inclusão Social, na medida em que dota os alunos de conhecimentos da área do Direito em relação às crianças e jovens em risco. Com a metodologia adoptada, pretende-se que o programa desenvolva as competências suficientes e necessárias para os alunos tenham um desempenho e uma acção adequados e qualificados enquanto agentes auxiliares do direito social no caso de menores e respectivas famílias.

Bibliografia / Bibliography (Lim:1000)

DIAS, Cristina Araújo. (2018). Lei Tutelar Educativa Anotada. Coimbra: Almedina.

OLIVEIRA, Guilherme de; RAMOS, Rui Oliveira. (2020). Manual de Direito da Família. Coimbra: Almedina.

OLIVEIRA, Guilherme de. (2019). Adoção e apadrinhamento civil. Lisboa: Petrony

COELHO, Francisco Pereira. (2006). Curso de Direito da Família ? Volume I. Coimbra: Coimbra Editora.

RAMIÃO, Tomé. (2018). Lei de Crianças e Jovens em Perigo anotada e comentada. Coimbra: Quid Iuris.

Outras referências

Legislação e jurisprudência indicada pelo docente nas aulas.

Apontamentos e exercícios fornecidos pelo docente.

DIAS, Cristina Araújo. (2018). Lei Tutelar Educativa Anotada. Coimbra: Almedina.

OLIVEIRA, Guilherme de; RAMOS, Rui Oliveira. (2020). Manual de Direito da Família. Coimbra: Almedina.

OLIVEIRA, Guilherme de. (2019). Adoção e apadrinhamento civil. Lisboa: Petrony

COELHO, Francisco Pereira. (2006). Curso de Direito da Família ? Volume I. Coimbra: Coimbra Editora.

RAMIÃO, Tomé. (2018). Lei de Crianças e Jovens em Perigo anotada e comentada. Coimbra: Quid Iuris.

Outras referências

Legislação e jurisprudência indicada pelo docente nas aulas.

Apontamentos e exercícios fornecidos pelo docente.

DIAS, Cristina Araújo. (2018). Lei Tutelar Educativa Anotada. Coimbra: Almedina.

OLIVEIRA, Guilherme de; RAMOS, Rui Oliveira. (2020). Manual de Direito da Família. Coimbra: Almedina.

OLIVEIRA, Guilherme de. (2019). Adoção e apadrinhamento civil. Lisboa: Petrony

COELHO, Francisco Pereira. (2006). Curso de Direito da Família ? Volume I. Coimbra: Coimbra Editora.

RAMIÃO, Tomé. (2018). Lei de Crianças e Jovens em Perigo anotada e comentada. Coimbra: Quid Iuris.

Outras referências

Legislação e jurisprudência indicada pelo docente nas aulas.

Apontamentos e exercícios fornecidos pelo docente.

DIAS, Cristina Araújo. (2018). Lei Tutelar Educativa Anotada. Coimbra: Almedina.

OLIVEIRA, Guilherme de; RAMOS, Rui Oliveira. (2020). Manual de Direito da Família. Coimbra: Almedina.

OLIVEIRA, Guilherme de. (2019). Adoção e apadrinhamento civil. Lisboa: Petrony

COELHO, Francisco Pereira. (2006). Curso de Direito da Família ? Volume I. Coimbra: Coimbra Editora.

RAMIÃO, Tomé. (2018). Lei de Crianças e Jovens em Perigo anotada e comentada. Coimbra: Quid Iuris.

Outras referências

Legislação e jurisprudência indicada pelo docente nas aulas.

Apontamentos e exercícios fornecidos pelo docente.